



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - FUNPREV**

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2022/FUNPREV**

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.

Tomar do Geru/SE, 02 de setembro de 2022.

*Silvanilde da Conceição Santos Azevedo*  
**SILVANI DE DA CONCEIÇÃO SANTOS AZEVEDO**  
Presidente do FUNPREV

O Fundo de Previdência de Tomar do Geru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 01 de 01 de abril de 2021 vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da empresa **FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP - CNPJ: 05.340.254/0001-72**, para *Realização de 02 (duas) inscrições de servidores do quadro do FUNPREV de Tomar do Geru para participação da "CAPACITAÇÃO: A reforma da previdência e a Portaria 1.467", que ocorrerá no período de 13 a 14 de setembro de 2022, promovido pela FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP*, conforme fundamentos fáticos, jurídicos e legais, a saber:

Para respaldar a sua pretensão, esta Comissão traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: panfleto do curso e documentos da empresa, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o processo licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato, bem como para a pessoa do futuro contratado.

Instada a se manifestar, esta Comissão vem apresentar justificativa de inexigibilidade de licitação *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º dispõe, *in verbis*:

Art 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso VI, com a redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - FUNPREV**

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2 - Justificativa do preço.

Sabe-se que o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Tomar do Geru, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

Reponha extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Por fim, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

*Considerando* a complexidade de aplicação da reforma da previdência e a portaria 1.467, e a obrigatoriedade da sua aplicação no futuro próximo, é que se faz necessário a capacitação dos servidores do FUNPREV;

*Considerando* os atributos dos profissionais que compõe o corpo de professores destacados pela empresa **FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP** para ministrar as palestras são suficientes para demonstrar que possuem sólida formação na área, com titulações e diversas publicações conforme documentação anexa a proposta;

*Considerando* que após a respectiva capacitação e orientação dos palestrantes será possível iniciar uma transição entre a legislação atual e nova legislação, trazendo enfim melhorias e qualidade nos serviços prestados no dia – a – dia;

*Considerando*, ainda, que o aperfeiçoamento e qualificação desses servidores trará conhecimento de altíssimo nível, respaldando assim as tomadas de decisões diárias neste FUNPREV, aplicando de forma clara e firme a legislação atual;

*Considerando*, por fim, que o FUNPREV de Tomar do Geru necessita adequar-se à nova realidade legislativa dos tempos modernos, imposta por decisões legais e respaldadas, através de uma capacitação com palestrantes de alto nível, é que entendemos ser inexigível a licitação.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - FUNPREV**

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais), referente a *Realização de 02 (duas) inscrições de servidores do quadro do FUNPREV de Tomar do Geru para participação da "CAPACITAÇÃO: "A reforma da previdência e a portaria 1.467", que ocorrerá no período de 13 a 14 de setembro de 2022, promovido pela FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP*, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

**Órgão: 5 – Fundo de Prev. Soc. Serv. Púb. M. de Tomar do Geru**  
**UO: 5001 – Fundo de Prev. Soc. Serv. Púb. M. de Tomar do Geru**  
**Atividade: 6324 – Manutenção do Fundo de Prev. Soc. Serv. Púb. M. de Tomar do Geru**  
**Elemento de Despesa: 3390.39.00.00**  
**Fonte de Recurso: 1802.0000**

Finalmente, porém não menos importante, *ex posistis*, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da empresa *FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP – CNPJ: 05.340.254/0001-72*, sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, II, §1º, c/c art. 13, VI e art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

A Senhora Presidente, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa Oficial do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos - FUNPREV, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Tomar do Geru/Se em, 02 de setembro de 2022.

**Islânia Venâncio de Souza**  
Presidente da CPL